

Tradução realizada pela Secretaria do MERCOSUL

COMUNICADO CONJUNTO DAS PRESIDENTAS E DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

A Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner; a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff; o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales; o Presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes; o Presidente da República Oriental do Uruguai, José Mujica Cordano; e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, reunidos em Caracas, no dia 29 de julho de 2014, por ocasião da XLVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum:

1. Manifestaram sua satisfação pela participação, como convidados especiais, do Presidente da República de El Salvador, Salvador Sánchez Cerén; do Primeiro Ministro de Antígua e Barbuda, Gaston Browne; do Primeiro Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves; e do Vice-Presidente da Nicarágua, Omar Hallelevens.

2. Saudaram a participação do Secretário-Geral da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Alí Rodríguez Araque; do Secretário Executivo da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), Bernardo Álvarez; do Secretário Executivo da PETROCARIBE, Asdrúbal Chávez; do Presidente Executivo da Corporação Andina de Fomento (CAF), Luis Enrique García Rodríguez; do Oficial a Cargo da Secretaria da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Luis F. Yáñez; do Coordenador Residente das Nações Unidas na Venezuela em representação do PNUD, Niky Fabianicy, e demais representantes de Organismos Internacionais.

3. Reiteraram seu compromisso com a democracia, a ordem constitucional e o Estado de Direito, o respeito irrestrito dos Direitos Humanos, e a consolidação da América do Sul como uma zona de paz.

4. Destacaram a importância da integração regional como prioridade estratégica para a América do Sul e reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento dos alicerces político e cidadão, enfatizando na dimensão social do MERCOSUL.

Reafirmaram, ainda, seu compromisso de continuar o impulso decidido ao processo de integração regional e reafirmaram o MERCOSUL como um espaço político, econômico, social e cultural, promotor da multipolaridade e a construção de um mundo mais justo e solidário.

5. Ratificaram sua condenação a todo tipo de violência e intolerância que busque atentar contra a democracia e suas instituições, tais como os lamentáveis sucessos que ameaçaram, no começo do ano, a ordem democrática legalmente constituída pelo voto popular na República Bolivariana da Venezuela. Nesse sentido, valoraram

o importante apoio desenvolvido pela UNASUL, em particular, por sua Comissão de Chanceleres, no processo de diálogo na República Bolivariana da Venezuela.

6. Ratificaram a necessidade de aprofundar, desde uma perspectiva multidimensional, na adoção e implementação de políticas públicas destinadas a satisfazer as necessidades dos povos, erradicar a fome e a pobreza, e garantir a justiça e a inclusão social, política, produtiva e econômica dos nossos povos.

7. Reafirmaram sua vontade de impulsionar políticas econômicas que favoreçam a produtividade e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que estimulem a cooperação, a solidariedade e a complementaridade econômica.

Por isso coincidiram em que o fortalecimento do crescimento interno, de seus setores produtivos e de seus níveis de emprego formal, constituem as melhores contribuições para impulsionar o comércio e sustentar a recuperação econômica mundial.

Em tal sentido, destacaram a importância das políticas ativas que incentivam a industrialização e a inclusão social como instrumentos efetivos para alcançar o emprego de qualidade, o investimento produtivo e uma melhor distribuição da renda.

8. Congratularam-se pelo desempenho da República Bolivariana da Venezuela no exercício da Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, o que constitui um passo no caminho para a união sul-americana, ao mesmo tempo que consolida a Venezuela como Estado Parte.

9. Ratificaram o apoio à República Oriental do Uruguai em face de qualquer interferência da indústria multinacional de fumo na implementação de políticas de controle de tabaco, que atente contra o direito soberano dos Estados a definirem suas políticas de saúde, conforme o apontado no Artigo V da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco.

Deram as boas-vindas à recente abertura do Centro de Cooperação Internacional para o Controle do Tabaco do Ministério da Saúde Pública do Uruguai (CCICT), o qual, em coordenação com a Secretaria da referida Convenção, terá por funções desenvolver, analisar, sintetizar e disseminar o conhecimento e a informação relativa aos assuntos de sua experiência, tais como ambientes livres de fumaça, advertências sanitárias e tratamentos de cessação do tabagismo.

10. Destacaram o iminente lançamento do Arsat 1, primeiro satélite geostacionário de telecomunicações, desenhado, construído e testado inteiramente na República Argentina, o que sem dúvida constitui um marco no desenvolvimento tecnológico regional. O Arsat 1 oferecerá uma ampla variedade de serviços em telecomunicações, tais como televisão, telefonia e Internet, possibilitando uma cobertura completa da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, esperando estendê-la proximamente a todo o continente com os satélites Arsat 2 e 3.

11. Congratularam-se pela recente entrada em órbita do satélite “AntelSat”, primeiro satélite desenvolvido e construído em sua totalidade pela República Oriental do Uruguai, sendo um empreendimento científico e acadêmico que permite o desenvolvimento de novas capacidades tecnológicas próprias no mencionado país.

12. Reiteraram a necessidade de promover o crescimento e o desenvolvimento dos Estados Partes do MERCOSUL a fim de reduzir as assimetrias existentes e, nesse contexto, manifestam a importância do funcionamento de mecanismos efetivos para superar as dificuldades que enfrenta o Paraguai como país em desenvolvimento sem litoral, e comprometeram-se para a plena implementação da Decisão CMC N° 33/07 sobre o Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias no MERCOSUL e da Decisão CMC N°19/11 sobre Liberdade de Trânsito.

13. Reconheceram com agrado a participação e as contribuições da República da Guiana e a República do Suriname no processo de aproximação ao MERCOSUL durante as Reuniões Ministeriais convocadas pela Presidência *Pro Tempore* da Venezuela.

14. Congratularam-se pelos avanços em matéria de desenvolvimento e fortalecimento político e institucional da União de Nações Sul-Americanas, UNASUL, e reconheceram sua condição de espaço natural de articulação com o MERCOSUL no processo de fortalecer o papel da região como um ator estratégico no cenário mundial.

Em tal sentido, manifestaram seus desejos de sucesso à República Oriental do Uruguai no exercício da Presidência *Pro Tempore* da UNASUL, que assumirá no próximo 22 de agosto de 2014, por ocasião da VIII Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União, e que dará início à nova etapa no processo de integração sul-americano, a partir da identificação das prioridades estratégicas regionais.

15. Receberam com beneplácito a aprovação da Decisão CMC N° 17/14, mediante a qual é criada a “Reunião de Autoridades sobre Privacidade e Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica do MERCOSUL”.

Destacaram a realização da Reunião Global de Múltiplas Partes Interessadas sobre o Futuro da Governança da Internet (Net Mundial, São Paulo, 23 e 24 de abril de 2014) e a aprovação de sua Declaração Multissetorial.

16. Celebraram a criação do MERCOSUL Indígena como um espaço que, juntamente com as organizações e movimentos sociais da Região, propiciará a união dos povos da América Índia originária, valorando sua cosmovisão e resgatando os saberes ancestrais para o resguardo e proteção da Mãe Terra.

Ainda, receberam com beneplácito a criação da “Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)” e a aprovação do “Plano de Ação da Ciudad Bolívar”, como um mecanismo para visibilizar os povos indígenas da região.

17. Tomaram nota, com satisfação, do relatório de atividades semestrais do Alto Representante-Geral do MERCOSUL ao Conselho do Mercado Comum. Reconheceram, em particular, o papel do Alto Representante nas iniciativas na área de integração produtiva, bem como sua atuação nos contatos com a Bolívia, Guiana e Suriname.

18. Receberam com beneplácito a proposta venezuelana de promover uma Zona Econômica Complementar entre MERCOSUL, ALBA–TCP, PETROCARIBE e CARICOM que busca a integração e a complementaridade econômica entre as Partes para avançar no processo de integração da América Latina e Caribe como instrumento para impulsionar o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social, baseado na complementação, a solidariedade, a cooperação e o reconhecimento das distintas categorias de desenvolvimento econômico existentes entre as partes.

19. Celebraram a realização do Primeiro Encontro MERCOSUL Operário, realizado em Caracas nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2014, e tomaram nota da aprovação por parte do GMC dos três primeiros eixos contidos na ajuda-memória do mencionado encontro.

20. Manifestaram seu reconhecimento aos avanços alcançados durante a Presidência *Pro Tempore* da Venezuela no processo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL. Nesse sentido, agradeceram os trabalhos levados a cabo pela Delegação da Bolívia, que permitiram um desempenho bem sucedido nas instâncias de discussão.

21. Tomaram nota dos avanços no andamento do Banco do Sul, entidade que fortalecerá a integração da nossa região mediante o desenvolvimento de novas fontes de financiamento e que terá como objetivo impulsionar projetos prioritários para nossos povos, com ênfase no combate à pobreza, a redução das assimetrias, o desenvolvimento do comércio, e a promoção de setores chaves da economia.

22. Sublinharam a importância estratégica do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) como ferramenta para combater as assimetrias, fomentar a convergência estrutural, e a integração produtiva dos países do bloco, desenvolver a competitividade, promover a coesão social e o bem-estar dos povos, em particular das economias menores e das regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração. Em tal sentido, lembraram que, desde 2007, foram aprovados 45 Projetos que perfazem um valor total de USD 1.450 milhões dos quais USD 987,3 milhões correspondem a recursos provenientes do FOCEM. Nesse contexto, salientaram a recente inauguração do sistema de transmissão elétrica Itaipu-Villa Hayes, o projeto de maior porte financiado com recursos do FOCEM.

Expressaram sua satisfação pela aprovação dos seguintes projetos durante a PPTV:
- Projeto “Reabilitação da Rota 8 Treinta y Tres – Melo / Trecho I: km 310 a km 338;
- Projeto “Reabilitação da Rota 8 Treinta y Tres – Melo / Trecho II: km 366 a km 393,1”.

Ainda, salientaram o trabalho da CRPM na coordenação das atividades do Comitê MERCOSUL Livre de Febre Aftosa (CMA) e tomaram nota de que o Projeto FOCEM "Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa (PAMA)" se encontra na etapa final de execução e que as ações regionais coordenadas desenvolvidas no âmbito do referido Projeto têm sido muito positivas para o combate à febre aftosa na região. Ressaltaram a colaboração técnica e financeira regional prestada pela Bolívia através deste Projeto, que resultou fundamental para que alcançar a certificação Zona Livre de Febre Aftosa com vacina.

Igualmente, sublinharam a importância de se avançar na elaboração e apresentação de um Projeto PAMA II.

Ratificaram a necessidade de avançar decididamente, na brevidade possível, nas adequações normativas que permitirão ampliar e fortalecer o FOCEM para adaptá-lo à configuração atual do MERCOSUL e garantir sua continuidade.

23. Apoiaram o desenvolvimento de software livre, que permitirá potencializar o desenvolvimento regional de soluções em matéria de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a fim de alcançar uma verdadeira apropriação, promoção do livre conhecimento e transferência tecnológica, reduzindo a dependência de soluções providas por transnacionais do setor ou por empresas não dispostas a respeitar as indústrias nascentes da região.

Reiteraram, ainda, o interesse de promover o uso de software livre nos programas nacionais destinados à inclusão digital.

Ratificaram a necessidade de impulsionar e fomentar a concretização de normas no âmbito do MERCOSUL para o efetivo desenho de políticas de fomento, uso, desenvolvimento, implementação, pesquisa e transferência tecnológica baseados no modelo de software livre.

24. Reconheceram a importância do desenvolvimento das TIC para o progresso socioeconômico e cultural de suas nações, para o qual salientaram o papel que possui a massificação da banda larga e o desdobramento da infraestrutura. Em particular, instaram a realizar esforços para alcançar acordos em matéria de *roaming* de voz e dados, com o propósito de melhorar a qualidade do serviço e diminuir os preços finais para os usuários dos Estados Partes.

25. Reafirmaram seu repúdio a toda pretensão de apropriação, sem o devido consentimento dos países da região, de qualquer domínio da Internet de primeiro nível referido a nomes geográficos, históricos, culturais ou naturais, os quais devem ser preservados como parte de seu patrimônio e identidade cultural destes países.

26. Recordaram que a mineração, os minerais e os metais contribuem para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico dos países da região, em conformidade com os resultados da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável de 2002 e a Cúpula Mundial Rio+20, de junho de 2012, permitindo atrair

investimentos com geração de empregos e maiores oportunidades dos fornecedores locais de serviços.

27. Expressaram seu beneplácito pelo trabalho que realizam as máximas autoridades ambientais do MERCOSUL em consolidar o valor estratégico dos recursos naturais do bloco através da coordenação de políticas que promovam o valor agregado desses recursos, mediante práticas de produção sustentável.

Em tal sentido, ratificaram a disposição firmada pela XVIII Reunião de Ministros do Meio Ambiente do MERCOSUL (RMMA) de coordenar a Agenda Ambiental do MERCOSUL com base no desenvolvimento de cinco linhas estratégicas acordadas que permitirá aprofundar os compromissos dos países para a conservação do ambiente e o desenvolvimento de programas destinados a promover a inclusão social e a cooperação sob todas suas formas, incluída a Cooperação Sul – Sul.

Celebraram a inauguração, no dia 8 de agosto, na cidade de Buenos Aires, República Argentina, do evento MERCOSUL Produz Sustentavelmente que se realizará no âmbito do Projeto de Cooperação entre o MERCOSUL e a União Europeia, denominado ECONORMAS, de apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e o desenvolvimento sustentável da região.

Salientaram a liderança dos Estados Partes no processo de consulta que teve lugar no Grupo de Trabalho de Composição Aberta sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através do qual os Estados identificaram os objetivos que irão nortear a agenda do desenvolvimento sustentável nos próximos anos, incluindo a dimensão social, econômica e ambiental do desenvolvimento de nossa região.

Saudaram a próxima entrada em vigor, em outubro de 2014, do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização e sublinharam sua relevância para o reconhecimento da soberania dos Estados Partes sobre seus recursos genéticos.

Manifestaram a importância para o MERCOSUL da decisão anunciada pelo PNUMA na passada Assembleia Ambiental da ONU sobre a pronta abertura de um escritório sub-regional sul-americano do mencionado Programa na cidade de Montevideu, Uruguai, que poderá apoiar os esforços da Reunião de Ministros do Meio Ambiente do MERCOSUL (RMMA) na área da proteção ambiental.

Saudaram a assinatura por parte dos Estados Partes do MERCOSUL da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, a qual representa um importante avanço da comunidade internacional na implementação de medidas voltadas a proteger a saúde e o ambiente das emissões e liberações de mercúrio, ao mesmo tempo que sublinharam a importância de sua pronta ratificação e entrada em vigor precoce em nível global.

Auguraram o maior sucesso para a 12ª. Conferência das Partes da Convenção sobre Zonas Úmidas (Convenção de Ramsar), a qual acontecerá em Punta del Este,

Uruguai, de 1º a 9 de junho de 2015, sob o lema “Zona Úmidas para Nosso Futuro”, salientando a importância da biodiversidade das zonas úmidas e seu potencial para os Estados Partes.

28. Destacaram os avanços do trabalho conjunto das Aduanas na implementação do “Programa de Gestão do Risco Aduaneiro do MERCOSUL” e do “Programa intra-MERCOSUL de Segurança Aduaneira na Cadeia de Suprimento de Bens” tendentes à harmonização dos procedimentos e controles aduaneiros.

29. Reconheceram o significativo avanço registrado durante a Presidência *Pro Tempore* da Venezuela rumo à adoção e implementação da Patente (Placa ou Chapa) MERCOSUL, na brevidade possível.

30. Destacaram a grande importância de se colocar o emprego como centro das políticas econômicas e sociais do MERCOSUL ao serviço dos povos e, em tal sentido, sublinharam o papel dos Órgãos Sociolaborais para a consecução do objetivo do respeito e cumprimento dos direitos do trabalho.

31. Manifestaram a necessidade de continuar aprofundando as tarefas realizadas no âmbito do Plano de Circulação de Trabalhadores do MERCOSUL, com o objeto de contribuir para a livre circulação de trabalhadores na sub-região, a partir de políticas de emprego, o reconhecimento da formação e certificação de competências, com especial ênfase nas zonas de fronteira.

32. Expressaram o compromisso de continuar impulsionando as ações contidas no Plano Regional para a Prevenção e a Erradicação do Trabalho Infantil no MERCOSUL e no Plano Regional de Inspeção do Trabalho do MERCOSUL, valorando, ainda, a iniciativa do SGT N° 10 de elaborar um plano regional sobre Saúde e Segurança no Trabalho do MERCOSUL e a incorporação do comércio de pessoas em sua agenda de trabalho.

33. Salientaram o consenso atingido pelo setor governamental, empresarial e sindical no âmbito da Comissão Sociolaboral do MERCOSUL em matéria de direitos trabalhistas individuais e coletivos, o qual constitui um avanço substantivo no processo de revisão da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e instaram a realizar os máximos esforços para culminar a mencionada tarefa.

34. Reconheceram os avanços realizados conjuntamente para o desenvolvimento de um sistema de vigilância da saúde para América do Sul – VIGISAS e saudaram a aprovação da Estrutura da Farmacopeia do MERCOSUL.

35. Saudaram e apoiaram os avanços realizados pela X Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, a Defesa Civil, a Proteção Civil, e a Assistência Humanitária do MERCOSUL (REHU), que contribuirá para melhorar os mecanismos de coordenação e cooperação sub-regionais na matéria, e para a construção de posições compartilhadas nos distintos foros sub-regionais, regionais e globais que abordam a gestão do risco de desastres e a coordenação da assistência

humanitária internacional. Saudaram, também, que a Secretaria Técnica da REHU será assumida pela Venezuela.

36. Tomaram nota dos trabalhos realizados no âmbito da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais (REDPO) em matéria de respeito aos Direitos Humanos, direitos dos trabalhadores migrantes, na luta contra o tráfico de pessoas, bem como os avanços em programas de cooperação e intercâmbio entre Defensores Públicos Oficiais e a incorporação de tecnologias da informação. De igual maneira, tomaram conhecimento dos avanços das Defesas Públicas em prol de consolidar sua autonomia funcional e administrativa que contribua com a conquista de maior eficiência na gestão e prestação de serviços jurídicos a toda a população.

37. Expressaram satisfação pela realização da XVI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL, tomando conhecimento dos resultados da reunião relativos à importância da proteção da legalidade e a perseguição penal naqueles fatos que prejudiquem nossos povos. Tomaram nota, ainda, da importância outorgada à promoção e manutenção da condição de titular da perseguição penal dos Ministérios Públicos e a necessidade de que existam processos acusatórios, orais e públicos.

Destacaram o trabalho realizado em matéria de comércio de pessoas, na luta contra o crime organizado transnacional, os delitos informáticos, a defesa da mulher, os delitos contra a humanidade, bem como em termos de intercâmbio e formação conjunta em investigação, criminalística e ciências forenses. Celebraram, ainda, a entrada em funcionamento, nesse âmbito, do Subgrupo de Trabalho de Delitos Contra a Humanidade, com o objetivo de cooperar, trocar experiências e coordenar estratégias de investigação em processos penais vinculados com tais delitos.

38. Tomaram conhecimento dos trabalhos desenvolvidos durante a XXIII Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS), e recalcararam os avanços voltados à consecução de uma política comunicacional do MERCOSUL e a importância da incorporação de outros meios de comunicação social como fator estratégico para dar visibilidade aos êxitos deste projeto de integração.

39. Receberam com beneplácito o trabalho realizado pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR) durante este semestre e os avanços alcançados em matéria de Cooperação, Integração produtiva e Transfronteiriça, reconhecendo a importância da visibilização das cidades e as regiões para a Integração Regional. Também, saudaram a articulação com outras instituições para a análise de projetos na região, a criação da Secretaria do FCCR e a publicação do site web do Foro.

40. Saudaram a Recomendação do CMC N° 01/14 sobre o "Ano internacional da Agricultura Familiar 2014" que fortalece o reconhecimento da Agricultura Familiar no MERCOSUL como uma plataforma de integração de esforços nacionais em atividades regionais, no âmbito dos trabalhos e iniciativas da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), promovendo o papel dos agricultores e agricultoras

como protagonistas essenciais na luta por garantir o direito humano à alimentação, a erradicação da fome e da pobreza rural, entre outros, em harmonia e respeito com a mãe terra. Da mesma forma, parabenizaram a REAF pela comemoração de seus dez anos de funcionamento e o importante conjunto de iniciativas desenvolvidas nesse âmbito.

Nesse sentido, saudaram a iniciativa do governo paraguaio de ter implementado o programa "Semeando Oportunidades", que autoriza a compra direta de produtos aos agricultores por parte das instituições públicas, para beneficiar especialmente a Agricultura Familiar.

41. Receberam com beneplácito a criação do Grupo *Ad Hoc* para a Regulamentação do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL, o qual se embasa na proposta da Venezuela apresentada no âmbito do SGT N° 14, destinado a promover o desenvolvimento de ações integradas para o fortalecimento de capacidades produtivas conjuntas em setores a serem identificados de comum acordo, com o objetivo de contribuir para que a dinâmica do intercâmbio comercial responda às necessidades e aspirações de todos os Estados Partes.

42. Manifestaram satisfação pela realização da Oficina "Para um melhor aproveitamento das Hidrovias do MERCOSUL", realizada na Cidade de Puerto Ordaz, Estado Bolívar e que faz parte do trabalho conjunto que está se realizando nesta matéria, em virtude da importância que vêm adquirindo as hidrovias em nossa região como fator de integração multidimensional e de apoio ao desenvolvimento econômico e social.

43. Ratificaram o interesse na iniciativa da República Oriental do Uruguai do desenvolvimento de um porto de águas profundas em sua costa oceânica e considerarão possíveis formas de participação dos países do MERCOSUL no mencionado projeto.

44. Parabenizaram os trabalhos realizados pelo Grupo de Cooperação Internacional (GCI) durante a PPTV, voltados a reforçar e atualizar a parte normativa da cooperação técnica internacional do MERCOSUL.

Ainda, tomaram nota com interesse da troca de informações e opiniões sobre as perspectivas de cooperação em suas diversas modalidades, destacando especialmente o interesse em desenvolver a Cooperação Sul-Sul.

Congratularam-se também pelas gestões realizadas pelo GCI que conduziram a garantir a continuidade do desenvolvimento de diversos projetos de interesse para os Estados Partes, em especial para os seguintes temas: Programa de apoio ao Setor Educacional do MERCOSUL (PASEM); Apoio ao desenvolvimento da Biotecnologia no MERCOSUL Biotech II; aprofundamento do processo de integração econômica e sustentável do MERCOSUL (ECONORMAS); MERCOSUL Audiovisual; MERCOSUL Digital; Projeto de Coordenado de Políticas de Direitos Humanos do MERCOSUL do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDDH).

45. Reiteraram a importância das negociações do Acordo de Associação do MERCOSUL – União Europeia à luz de seu potencial para dar impulso ao diálogo, a cooperação, o comércio e os investimentos entre os dois blocos. Manifestaram satisfação pelo acordo alcançado na preparação de uma oferta comum de acesso ao mercado do MERCOSUL, e a expectativa de que, uma vez que a União Europeia concluir as consultas necessárias para a apresentação de sua oferta de acesso a mercados, seja marcada uma data para a troca das respectivas propostas, passo necessário para continuar avançando no processo negociador.

46. Saudaram a realização da XVI Cúpula Social do MERCOSUL que contou com a participação ativa de representantes governamentais, movimentos e organizações sociais em vinte e seis (26) mesas de trabalho, para a concretização de políticas, programas e projetos, em prol de firmar o desenvolvimento e a articulação de ações específicas em favor dos povos. Expressaram, ainda, a importância de fortalecer a troca de saberes e experiências de nossas comunidades através da construção de propostas para contribuir ao desenvolvimento da integração regional.

47. Saudaram a realização do III Foro Empresarial do MERCOSUL celebrada em Caracas nos dias 26 e 27 de julho de 2014. Nesse sentido, reconheceram a importância dos três temas de debate selecionados para o Foro, a saber: “Agenda aberta latino-americana de responsabilidade social”; “Rumo a uma estratégia regional de formação e capacitação” e “A nova arquitetura financeira regional”.

Salientaram a participação de empresários da região ALBA-PETROCARIBE como um sinal positivo que confirma a vontade de avançar na integração produtiva entre o MERCOSUL e a região caribenha.

Receberam, ainda, o relatório dos resultados do debate realizado no Foro e valoraram o aporte direto da comunidade empresarial, os quais irão contribuir com os esforços de fortalecimento e consolidação do MERCOSUL e saudaram o respaldo dos representantes empresariais participantes deste III Foro Empresarial, os esforços dos governos dos países do MERCOSUL para a consolidação e a expansão deste bloco de integração regional.

Expressaram seu reconhecimento e agradecimento ao povo venezuelano pela sua hospitalidade, bem como ao Governo e ao Senhor Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, pela realização da XLVI Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados.